



BRAGA
Município

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

INFORMAÇÃO Nº 1/177/DF/2017

	A reunião da Executiva Municipal 4º dia 08 Abril 2017
Despacho	
Cmte. A ordem do h. Presidente. Para submeter à emissão CNB. 2017/08/08 [assinatura]	

	Data
0-GENÉRICO	25-07-2017

Assunto: Informação sobre anulação da guia 2013/026/4067

Considerando que:

1. A Empresa "Lesilan-Comércio de Pronto a Vestir, S.A.", veio através do Ped /10226/2017 de 30/06/2017 a apresentar reclamação sobre a notificação nº S/577/DF/2017, para solicitar a anulação das mesmas por caducidade;
2. O prazo legal de caducidade decorreu e terminou em 23/03/2017, conforme artigo 14º da Lei 53-E/2006.

Coloca-se, à consideração superior, a anulação das guias acima mencionadas e emitidas na aplicação CASO.

À Consideração Superior,

A Divisão Financeira

[assinatura]

Joana Barros

Exmo. Senhor
Lesilan-Comércio de Pronto a Vestir, S.A.
RUA ALBINO DUARTE PINHEIRO, Nº 81 -
NAVARRA

4710-670 NAVARRA

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Nossa data
		Op. n.º S/751/DF/2017 0-GENÉRICO	24-07-2017

**Assunto: DPP - Direito e Participação Pública - Participação de interessados -
Resposta a ofício nº S/577/DF/2017.**

Representante Legal da Empresa “Lesilan-Comércio de Pronto a Vestir, S A”, contribuinte nº 500165149, com sede em Avenida do Campo Grande, nº 3-B, 1700-087-LISBOA, na sequência da vossa Reclamação Graciosa, nos termos do artigo 68º do C.P.P.T. através do Ped/0226/2017, na Divisão Financeira, cumpre-me informar que depois de analisada a situação, concluímos que conforme o artigo 14º da Lei 53-E/2006, o processo se encontra prescrito.

Pelo facto pedimos as nossas desculpas, devendo considerar o assunto concluído.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio



VIA CTI



Advogados:

José A. Nogueira
Fátima Rencigado

Magda de Vasconcelos Viegas

Selma Silva
Sandra C. Sousa
Susana Braga

Cunha Marques

Mónica S. Oliveira
Jennifer Castro Machado
Sílvia A. Araújo

Advogados-Estagiários:

Eduarda Almeida Costa
Rodrigo Ribeiro da Fonseca

Solicitadora:

Joana Henriques Magalhães

30-06-2017

Balcão Único
Registo de entrada n.º <u>Red 10226/2017</u>
Encaminhado para o serviço <u>Financeiro</u> Exmo. Sr.

Presidente da Câmara

Municipal de Braga

Praça Municipal

4704-514 Braga

“LESILAN - COMÉRCIO DE PRONTO A VESTIR, S.A.”, Sociedade Anónima com o NIPC: 500165149, com sede em Avenida do Campo Grande, n.º 3-B, 1.º andar, 1700-087 Lisboa, anteriormente designada “LANIDOR – COMÉRCIO DE PRONTO A VESTIR, S.A.”, tendo sido notificada a 22 de Junho de 2017 do ato tributário a seguir identificado, referente à liquidação de taxas respeitantes a publicidade, fatura n.º 026/4067/2013 no montante de € 127,60 (cento e vinte e sete euros e sessenta cêntimos),

Por não se conformar com a mesma, vem daquela deduzir **Reclamação Graciosa** nos termos do art. 68º e seguintes do C.P.P.T., com os fundamentos seguintes:

1022614



Advogados:

José A. Nogueira
Fátima Remelgado

Magda de Vasconcelos Viegas

Selma Silva
Sandra C. Sousa
Susana Braga

Cunha Marques

Mónica S. Oliveira
Jennifer Castro Machado
Sílvia A. Araújo

Advogados-Estagários:

Eduarda Almeida Costa
Rodrigo Ribeiro da Fonseca

Solicitadora:

Joana Henriques Magalhães

1.

Foi a Reclamante notificada para pagamento de taxas referentes a publicidade, no passado dia 22 de Junho de 2017, conforme Doc. 1 que ora se anexa;

2.

O pagamento de que a Reclamante foi notificada refere-se à fatura nº 026/4067/2013, datada de 22/02/2013 (cfr. Doc. 1);

3.

O montante a que se refere a fatura supra aludida é de € 127,60 (cento e vinte e sete euros e sessenta cêntimos);

Sucede que

4.

Nos termos do art. 14º da Lei 53-E/2006: “O direito de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de **quatro anos** a contar da data em que o facto tributário ocorreu.”;

Ora,

Advogados:

José A. Nogueira
Fátima Rencigado

Magda de Vasconcelos Viegas

Selma Silva
Sandra C. Sousa
Susana Braga

Cunha Marques

Mónica S. Oliveira
Jennifer Castro Machado
Sílvia A. Araújo

Advogados-Estagiários:

Eduarda Almeida Costa
Rodrigo Ribeiro da Fonseca

Solicitadora:

Joana Henriques Magalhães

5.

Tratando-se de um facto tributário ocorrido a 22/02/2013, conclui-se que o prazo legal de caducidade decorreu e terminou a 23/03/2017;

6.

O que tem como consequência legal a caducidade do direito de liquidação de taxas, caso a referida liquidação não seja validamente notificada;

Facto é que

7.

Não foi a aqui Reclamante notificada por qualquer via ou meio para regularizar o pagamento aludido, em data anterior a 22/06/2017;

8.

Pelo que é imperativa a conclusão de que a dívida é inexigível por caducidade.

Termos em que, solicita que seja reconhecida a ilegalidade enunciada, a qual serve de fundamento à presente reclamação e, conseqüentemente, seja anulado o referido ato de liquidação, bem como os juros compensatórios, com as demais conseqüências legais.

1022016

Advogados:

José A. Nogueira
Fátima Remelgado

Magda de Vasconcelos Viegas

Selma Silva
Sandra C. Sousa
Susana Braga

Cunha Marques

Mónica S. Oliveira
Jennifer Castro Machado
Sílvia A. Araújo

Advogados-Estagiários:

Eduarda Almeida Costa
Rodrigo Ribeiro da Fonseca

Solicitadora:

Joana Henriques Magalhães

Valor: € 127,60 (cento e vinte e sete euros e sessenta cêntimos)

Junta: 1 Documento e procuração forense.

O Advogado

José António Silva Nogueira
Advogado

Endereço: Av. Dr. Antunes Guimarães, 423 - 4100-080 Porto
Tels. 22 208 94 91 - 22 338 93 64
Contribuinte n.º 210 740 744 - C.P. 7656F
E-mail: jose@rsnadvogados.com

O Advogado-Estagiário

Rodrigo Ribeiro da Fonseca
Advogado-Estagiário

Endereço: Av. Dr. Antunes Guimarães, 423 - 4100-080 Porto
Tels. 22 208 94 91 - 22 338 93 64
Registada sob o n.º 63/01 - NIPC 505 704 196
E-mail: rsn@rsnadvogados.com